

A JUREMA SAGRADA: DOS ÍNDIOS AOS MESTRES JUREMEIROS

Luiz Francisco da Silva Junior
Mestrando em História – UFCG
lfsj-pb@hotmail.com

Orientadora: Rosilene Dias Montenegro
Doutora em História - UNICAMP

Durante muito tempo, o culto da jurema foi praticado em Alhandra, no litoral sul da Paraíba, esse culto remete desde os tempos dos gentios que originaram a Vila de Alhandra. Mesmo com todas as tentativas, aparentemente bem sucedidas dos colonizadores de fazerem os índios crerem no evangelho e no Cristo, esses mantiveram suas crenças de forma resignificada. O culto da jurema foi a marca, os rastros deixados pelos índios em Alhandra.

Aqui procuraremos enredar os diversos discursos sobre o ritual da jurema em Alhandra, tentando mostrar como essas narrativas contribuíram, em parte, para a construção de uma identidade para o município, como sendo a “cidade jurema”. Construimos nossa trama, buscando enfatizar três momentos. Inicialmente aquela que seria nossa própria narrativa, na qual desenvolvemos o raciocínio, como sendo o ritual da jurema uma resistência dos índios que habitavam a missão indígena que depois se tornou a Vila de Alhandra.

Numa segunda parte, nos detemos especificamente, em engendrar as narrativas dos outros; os narradores da jurema são muitos, porém operacionamos algumas escolhas, por considerarmos esses mais relevantes em seus estudos para a nossa proposta, são eles; Luiz Assunção; René Vandezande; Sandro Guimarães de Salles; esses tomaram centralidades como os nossos narradores da jurema, embora sempre que conveniente, chamamos outros narradores para o texto.

Agora sinta-se convidado a se entrelaçar pelas narrativas da jurema.

Narrando os rastros da jurema: a resistência indígena

Há bastante tempo que se tem estudado que equívoco rachava, por dentro, o “sucesso” dos colonizadores espanhóis entre as etnias indígenas: submetidos e mesmo consentindo na dominação, muitas vezes esses indígenas faziam das ações rituais, representações ou leis que lhes eram impostas outra coisa que não aquela que o conquistador julgava obter por elas. Os indígenas as subvertiam, não rejeitando-as

diretamente ou modificando-as, mas pela sua maneira de usá-las para fins e em função de referências estranhas ao sistema do qual não podiam fugir. (CERTEAU, 2004, p. 39)

Os nativos do Brasil, aos quais chamamos de índios, possuíam inúmeras manifestações religiosas, das quais pouco se sabe, e o que conhecemos é de forma limitada e sempre por um olhar cristão, cheio de peneiras e preconceitos, que nos faz perceber, na maioria das vezes, a cultura indígena de uma forma sempre negativa e por muitas vezes diabólicas, assim está o ritual da antropofagia, realizado entre os nativos por motivos ritualísticos religioso, também entre os rituais indígenas que pouco conhecemos está o culto da jurema¹, enquanto prática própria dos nativos. No litoral sul da Paraíba esse ritual da jurema foi por muito tempo realizado, desde os índios que habitavam essa região muito antes da colonização portuguesa.

A cidade de Alhandra foi um espaço singular dessa prática do culto da jurema. Os mestres da jurema e as chamadas cidades sagradas da jurema² de Alhandra são conhecidas e respeitadas por todos os juremeiros³. De modo que a cidade ficou conhecida como “cidade da jurema”, é sobre as diversas narrativas dessa identidade de cidade jurema que nos empenhamos em engendrar nossa trama, porém as narrativas que tomaremos serão as narrativas acadêmicas, os discursos produzidos pelos saberes autorizados, que contribuiram para formar também, a identidade da cidade de Alhandra. Assim, não deixaremos de construir nossa própria narrativa, sobre a cidade, sendo então mais uma entre tantas falas que aqui aparecem.

A permanência do culto da jurema em Alhandra por séculos foi sem dúvida, ao nosso olhar, a rachadura por dentro do sistema colonial português. Essa rachadura se

¹ Planta considerada sagrada em Alhandra de nome científico, *mimosa tenuiflora*, conhecida como jurema preta. De suas raízes ou cascas é produzida a bebida consumida durante as sessões, na qual se acredita ter poderes alucinógenos, e para os juremeiros tem um poder de cura.

² Alhandra foi durante muito tempo conhecida como a “cidade jurema”, isso pela forte presença do culto da jurema na cidade. Além disso, existiam vários lugares na cidade onde se realizavam esses rituais; esses lugares eram considerados sagrados, neles a presença do arbusto da jurema tornava o espaço propício para realização do culto. Esses diversos espaços tidos como sagrados dentro do território de Alhandra, eram chamados de cidades de jurema, nessas cidades de jurema, eram onde os mestres da jurema faziam os seus trabalhos.

³ Juremeiros são todos aqueles que acreditam e fazem uso do culto da jurema.

deu pelo não sucesso absoluto da dominação dos europeus sobre os nativos, como se pensou durante tanto tempo, mas pelo insucesso principalmente da catequização católica, que não conseguiu destruir, como era pretendido, o sistema de crenças e rituais dos nativos brasileiros. Alhandra que foi fundada de uma missão dos padres franciscanos, onde os índios da região, os índios Arataguis que pertenciam ao povo Tabajara⁴, mantiveram vivo o ritual da jurema, mesmo sendo obrigados a conversão à fé católica.

Nas missões, os missionários se vestiam dos ideários cristãos e levavam os índios à prática dos “bons costumes”, ensinando a educação moral e religiosa. O índio era visto como aquele a ser salvo, pois os consideravam como os “pobrezinhos” que não conheciam a verdade; era dever dos padres mostrar-lhes o caminho do céu. A mentalidade européia e cristã da época, não entendia e nem aceitava o diferente. Nesse sentido, a cultura indígena era vista como algo que precisava ser superado; o certo era o caminho da cristandade, tendo em vista que se tratava do cristianismo católico, e, os franciscanos⁵ tiveram uma importância grande no processo da colonização dos índios da Paraíba. A estratégia dos colonos era de isolar e controlar os indígenas, claro que isso não se dava de forma tão pacífica, mas a ação dos religiosos foi de extrema importância, para ‘pacificar’ os nativos.

Fundada a vila de Alhandra em 1758 (PINTO. 1977, p. 158), a população indígena é forçada a viver como os brancos, passam a morar em casas individuais e não mais em tabas comunitárias, passam em tudo a participar da vida da vila, com os costumes trazidos pelos europeus, como relata o presidente da Província, de acordo com Melo (1999):

[...] Os índios que existem nesta província estão todos aldeados e habitam pela maior parte em vilas sujeitas às autoridades civis (...) e já estão todos degenerados da origem primitiva que a maior parte nem o idioma de suas tribos falam; estão hoje confundidos na massa da população e apenas nas vilas de Alhandra, Conde e antiga vila da Baía da Traição vivem no meio das outras raças que inteiramente os sobrepujam em número e importância (p. 211).

⁴ Os tabajaras constituiu um povo [indígena](#) que habitou a [zona da mata](#) e o [agreste paraibano](#) e [pernambucano](#), na [Região Nordeste do Brasil](#). Extintos pela [miscigenação](#), seu território estendia-se da [Ilha de Itamaracá](#) até o [rio Paraíba](#), adentrando pelo [Agreste](#) até o vale do [rio Pajeú](#).

⁵ Com a expulsão dos jesuítas da Capitania da Paraíba, em 1593, pelo então governador da Paraíba Feliciano Coelho de Carvalho, os padres franciscanos (da Ordem Menor) se ocuparam de todo o trabalho missionário da região, passando a serem os responsáveis pela catequização dos índios de Alhandra.

O relatório do Presidente da Paraíba fala do período por volta 1845, portanto, já é o período do Império, em que percebemos que Alhandra aparece como sendo um dos poucos lugares onde ainda existe a presença indígena na Paraíba, portanto esses estão totalmente subjugados às leis civis, e já é minoria no meio dos brancos. Vemos ainda que o índio parece já ter perdido suas referências, pois nem mesmo a língua de sua tribo eles falavam mais.

Por esses relatos temos indicativos que os índios de Alhandra foram perdendo suas referências e ao se engajarem na vida cotidiana da vila, foram deixando o que era habitual de sua cultura e misturando-se a cultura européia. Porém, as coisas não foram tão simples assim, pois nessa região da Paraíba apesar de todas as tentativas de acabar com a cultura indígena e com os próprios nativos, seja por guerras, doenças e tantas outras formas, e destituí-los daquilo que o colocava na condição de índio, qual seja sua identidade, sua cultura. Assim os índios foram deslocados de seu “mundo”, passando a viver nos moldes do “homem branco”. Os índios, contudo, não se curvaram a cultura européia na sua totalidade, mantiveram de forma intensa em Alhandra traços de sua cultura, e isso é evidentemente uma forma de resistência.

As missões nas aldeias indígenas tinham essa forte, se não principal, preocupação em levar os índios a crer no Cristo, a aceitar o evangelho. Os índios ao que parecem inicialmente aceitaram com certo entusiasmo, porém logo:

[...] se desinteressavam do culto de modo que era preciso levá-los à força. Preferiam ficar nas suas roças e lavouras fora da aldeia onde permanecendo, parece que ficavam desobrigados de freqüentarem a igreja que então só os atraía na época do São João por causa das fogueiras, ou pela quaresma, atraídos pelo ritual da flagelação no qual viam mais uma prova de coragem do que um ato de penitência daqueles que se submetiam a ela. (MEDEIROS. 1999, p. 33)

Assim vemos, o quão difícil foi à vida dos missionários para levarem o credo católico aos nativos. Além do mais, a relação que o índio vai ter com os rituais católicos, vai ser bem diferente daquele proposto pelos padres. Muitas vezes era só com o uso da força que os índios iam participar das missas.

Os nativos de Alhandra deram um sentido diferenciado a religião dos colonizadores, pois sutilmente, no seu cotidiano seguiram a religião cristã, porém sem abandonar seus próprios rituais, no caso, o uso da jurema, e assim, se deu a vitória dos nativos, que fizeram um novo uso da religião que era imposta por aqueles estranhos.

Essas táticas usadas pelos índios de Alhandra, para burlarem a ordem estabelecida, pode ser percebida de forma clara nas dificuldades que os missionários encontraram em levarem os índios a crerem no seu Deus (o Deus cristão), embora os povos Tabajaras parecessem que eram bem mais receptivos à cultura européia do que os Potiguaras. Contudo, mesmo os Tabajaras sendo um tanto mais afetuosos aos padres, ainda assim, esses não deixaram sua cultura de forma tão pacífica e muitas vezes, mesmo se tornando cristãos batizados, ainda mantinham muitos de seus rituais.

[...] os índios estavam longe de absorver de forma passiva as idéias e crenças do cristianismo europeu. Ao contrário das narrativas da história oficial, durante a colonização os invasores tiveram que enfrentar forte resistência desses povos. A Jurema e a Santidade, portanto, seriam exemplos desta resistência ao colonialismo português. (SALLES, 2004, p. 103)

Em Alhandra, isso foi bastante forte, porque mesmo a religião católica se estabelecendo e ganhando aceitação entre os índios, esses ainda mantiveram seus rituais, através de uma forte interculturalidade⁶ religiosa. E Alhandra sempre despertou a atenção de muitos, atraídos pelos famosos mestres da jurema, não apenas estudiosos, nem pessoas interessadas em fazerem reportagens, mais principalmente o lugar era procurado por aqueles que queriam recorrer aos ‘mestres’ na busca de ter atendidos seus desejos.

A jurema em Alhandra era algo sagrado, assim como a cruz para os cristãos, ela possuía algo de supremo para os juremeiros, contam os mais velhos que ninguém podia arrancar as folhas da jurema sem pedir licença aos espíritos ou encantados, ou ainda derrubar um pé de jurema, pois caía no signo do proibido. Dizia-se que aquele que derrubasse uma jurema, o mal pousaria sobre ele, como um castigo. Em Alhandra, a resistência indígena se deu então sob a permanência de um traço da religião indígena, que mesmo com a catequização e todas as tentativas do catolicismo, não conseguiu destruir essa prática que durou séculos, através de negociações e reelaborações e, absorvendo aspectos do catolicismo; essa resistência permaneceu, demonstrando como a cultura indígena não desapareceu no período colonial brasileiro, ao contrário, se adaptou e persistiu durante todo o Império, chegando até o período republicano.

⁶ O conceito de, interculturalidade (OLIVEIRA, 2007), entendido aqui como um processo de interação, troca e reciprocidade, onde há um intercâmbio entre duas culturas, sendo que uma fica desestabilizada e/ou negada, contestada em seus princípios básicos (como crenças, traços, danças, etc.) OLIVEIRA, Marilda Oliveira de. A identidade na contemporaneidade: cultura guarani. Revista Alceu – v. 7 – n. 14 – jan./jun. 2007 (p. 160 a 168)

Narrando a jurema: a árvore, o ritual e os mestres juremeiros.

A jurema é pau santo
Onde Jesus descansô
Sô mestre em toda
linha,
Sô mestre curado.⁷

Percebido o caráter mais histórico, relacionando o passado indígena como indícios do início da prática do culto da jurema em Alhandra e sendo analisado como práticas de resistência à colonização européia, nos dispomos agora, a trazer as várias narrativas dos estudiosos da jurema, que sempre enaltecem como sendo Alhandra até a década de 1980, um lugar privilegiado dessas práticas ritualísticas, que agora iremos entender a partir da confluência das falas dos autores que iremos expor.

Luiz Assunção (2006) nos esclarece que:

O termo jurema vem do tupi “Yu-r-ema” e Cascudo (1978:98) define o nome dado a uma “árvore espinhenta do sertão, da qual o gentio extraía um suco capaz de dar sono e êxtase a quem o ingeria”. É prática comum a utilização de duas espécies de jurema: a preta (*Mimosa hostilis benth*) e a branca (*Vitex agnus castus*). Essas espécies são empregadas em bebidas, banhos, remédios, defumadores, a fim de curar os males físicos e espirituais. (p. 19)

Em Alhandra a jurema preta sempre foi a mais utilizada e segundo Vandezande (1975), era tida como a verdadeira, a apropriada para fazer o ritual e também a bebida. Quanto a referência de Câmara Cascudo (1956) que a jurema é uma árvore nativa do sertão nordestino, então como explicar sua forte presença no litoral sul da Paraíba? Vandezande diz que sua presença no litoral e em Alhandra era intencional, na medida em que os nativos eram trazidos para o litoral da Paraíba, para as missões como a de Alhandra e Jacoca (Conde)⁸, esses teriam trazido a árvore considerada sagrada.

A árvore da jurema, segundo os autores estudados, assume um caráter simbólico, em que: “[...] as suas raízes, suas sementes, a sua madeira, o lugar onde cresce ou simplesmente a palavra “jurema” (...) são de importância central no Catimbó do litoral sul da Paraíba.” (VANDEZANDE, 1975. p. 128). O Catimbó como também é

⁷ ASSUNÇÃO, Luiz Carvalho de. Reino dos mestres: a tradição da jurema na umbanda nordestina. Rio de Janeiro: Pallas, 2006. (p. 80).

⁸ Descer os índios do sertão para o litoral era, segundo Medeiros (1999), uma estratégia colonialista, pois esse espaço era o que mais necessitava de mão-de-obra, tanto para a lavoura da cana-de-açúcar como para construções públicas e aberturas de estradas.
MEDEIROS, Maria do Céu. Das origens à transição para o trabalho livre. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 1999.

conhecido o ritual da jurema, tem sua centralidade em torno da jurema, que Salles (2004) vai dizer que o catimbó foi o tipo de culto que teria prevalecido em Alhandra até meados de 1970. Assunção (2006) por sua vez, afirma que em Alhandra se praticava o catimbó rural, que explica ele, ser caracterizado por uma experiência, nas crenças e práticas que está mais intimamente ligada a tradição indígena. Essa mesma referência faz, Nascimento (1994): “Vamos mencionar um aspecto (...) que aponta para a existência, nesse “catimbó” mais próximo de tradições indígenas, na área rural paraibana (Alhandra)” (p. 132).

Os autores parecem concordar que em Alhandra a jurema adquiria um teor diferenciado dos usos que se fazem atualmente nos terreiros de umbanda. Por essa prática mais próxima das crenças indígenas, o simbolismo da jurema em Alhandra é de acordo com Assunção, uma concepção de que:

[...] a planta “jurema” é possuidora de seres dotados de um “espírito” próprio, com a capacidade de comunicação e intervenção sobre os “problemas” que afligem os indivíduos. Além dessa concepção, é visível na diversidade da “jurema” encontrada em Alhandra a combinação de um conjunto de símbolos trazidos do catolicismo popular e da cultura africana, traduzidos nos elementos simbólicos das imagens de santos católicos, orações, búzios, melodias, maracás, flores, bebidas e na presença dos “espíritos” de índios, caboclos e mestres. (ASSUNÇÃO, 2006. p. 94)

Apesar dos estudos analisados demonstrarem a conformação que o ritual da jurema em Alhandra tem uma grande aproximação às crenças dos nativos, também revelam que havia uma reapropriação das práticas ritualísticas, onde simbologias católicas e da cultura afro se misturavam aos elementos indígenas. Essa aproximação com a crença dos gentios se dá principalmente por crerem que a jurema era um símbolo relacionado a espíritos, os quais operavam curas e resolveriam os problemas. A jurema é simbolicamente um instrumento ritualístico para aproximar os indivíduos dos seres encantados.

É comum a referência da existência em Alhandra das chamadas “cidades de jurema” ou ainda “cidade dos encantados”, essas cidades da jurema, como já foi anteriormente feito alusão, são os lugares da presença do arbusto e que em torno dele se realiza os ritos do catimbó. Como nos sugere Salles (2004): “As cidades da jurema são lugares sagrados e, como tais, constituem uma ruptura na homogeneidade do espaço, demarcando, assim, uma geografia sagrada.” (p. 112). As “cidades da jurema ou dos encantados”, está assim para os juremeiros como espaços diferenciado dos demais, de

ligação entre o mundo dos vivos e o dos mortos, o mundo da realidade e dos encantados.

Vandezande (1975) mapeou dez “cidades de jurema” em Alhandra, sendo elas: cidade do Major do Dias, Maria do Acais, Mestre Zezinho, Mestra Maria Arcanja, Cidade de Mocinha, Mestra Tandá, Mestre Cadete, Mestra Isabel, Mestre Flósculo e Cidade de Tambaba. Segundo ainda o mesmo autor, pela tradição local:

Quando alguém “grita pela jurema” em Alhandra e municípios vizinhos, quando bebe jurema, ou simplesmente quando alguém utiliza o símbolo, a palavra jurema, ele o faz sempre com referência a uma determinada “cidade jurema”, a um arbusto bem definido e com alusão a um determinado mestre e seu grupo de discípulos (p. 133)

Essa geografia do sagrado, ou os espaços das chamadas “cidades de jurema” é invocado sempre pelos juremeiros, a fim de ter seus males curados e seus problemas resolvidos. Cada cidade dessas tem um “mestre da jurema”, normalmente a cidade encantada recebe o nome do próprio mestre ou do mestre a qual foi dedicada. Foi com o uso dos “mestres da jurema” que a jurema ficou famosa, esses mestres eram muito perseguidos por policiais, só podendo exercer suas crenças nas escondidas, afastados da cidade, Vandezande, informa que para fugir da perseguição dos policiais, os mestres de Alhandra, desejando ter tranquilidade e liberdade de culto, passavam a ter uma carteira da Federação dos cultos Africanos do Estado da Paraíba, isso deve ter passado a ocorrer por volta da década de 1970. Os mestres possuem uma centralidade dentro do universo da jurema, tendo duas categorias de mestre, os vivos e os mortos, que no ritual da jurema, eles se completam como em um ciclo ritual. Como bem nos informa Assunção (2006):

Mestres são espíritos que habitam um outro mundo, de onde são invocados para ajudar os humanos sofredores. Mestres são, também, feiticeiros vivos, sacerdotes, que conhecem os segredos daqueles espíritos e são capazes de usar seu conhecimento mágico em benefício dos homens. Mestres são, pois, vivos e mortos, e os que hoje vivem e fazem seu trabalho de culto aos mestres do além, um dia também serão espíritos e como tais serão chamados nas cerimônias de auxílio mágico aos viventes. (p. 11)

A jurema é o conjunto de crenças e rituais, que compõem o universo religioso dos mestres. Uma das mestras mais conhecida em Alhandra foi Maria do Acais, que como nos indica Vandezande, seria descendente de mestre Ignácio, que teria sido regente dos índios de Alhandra (período não informado); a família do Acais teria sido famosa por dominar os “segredos da jurema”, além da famosa Maria do Acais, teriam sido mestres nesta mesma família, Cassimira, Zezinho e Flósculo. O Acais fica na

estrada que dá acesso a sede do município de Alhandra, as margens da estrada ficava a casa principal, onde morou Maria do Acais, por traz da casa, ficava o arbusto principal do qual faziam as bebidas e o ritual.

Os mestres vivos são responsáveis pelo contato como o mundo dos encantados, ou seja, com os espíritos dos mestres mortos. Assunção (2006) relata que esses mestres do além, “donos dos bons saberes”, são geralmente de todas as raças, espíritos de indígenas e caboclos; negros escravos; podem ser espíritos de brancos que foram famosos catimbozeiros e são ainda mestiços. O mestre vivo pode visitar o mundo sobrenatural por meio do transe, geralmente proporcionado pela ingestão da bebida jurema, os mestres usam ainda nos seus ritos para curar as doenças e os males espirituais o uso do fumo, pois a fumaça do cachimbo auxilia no transe.

Para invocar um mestre do além, o mestre vivo têm que cantar especificamente para atrair o mestre que ele desejar, a esses cânticos chamam de ponto⁹. Segundo Bastide apud Assunção (2006), a cura dos males do corpo e do espírito é a finalidade essencial dessa religião, e os espíritos quando invocados, descem a terra não para serem adorados e nem receberem oferendas, mas para promover a saúde e atender as necessidades dos indivíduos.

Contudo, a jurema para ser sagrada, tem que passar por um processo para colocá-la em patamar diferenciado das outras árvores, Salles (2004) nos diz que a jurema precisa passar por um ritual, feito pelo mestre, para que aconteça a simbolização do sagrado, se isso não ocorrer à jurema é uma planta como outra qualquer. Porém, não encontramos em nenhum dos autores estudados, como acontecia tal ritual para torna sagrado o pé de jurema.

A bebida da jurema, usada durante as sessões, deviam ser sempre preparadas seguindo um ritual, normalmente só o mestre tinha a autorização para fazê-la. Embora muitos possuíssem os segredos da preparação, mas não tinham autorização para isso. Havia uma hierarquização, no qual o mestre, assim como um sacerdote, ocupava o lugar de destaque. Sobre a preparação da bebida Vandezande (1975), diz que:

A preparação da jurema foi uniforme em cinco casos observados por nós. Pede-se licença ao mestre de determinada cidade de jurema, descobre-se as raízes da jurema, as vezes usa-se um ritual com velas e fumaça. Depois corta-

⁹ Segundo Vandezande (1975), a mestra Maria do Acais, é invocada pelo ponto: “Eu dei um grito aqui, ninguém me respondeu. Eu dei um grito aqui, ninguém me respondeu, que das mestras d’Alhandra e a boa mestra sou eu”(p. 82).

se as raízes, também as vezes de maneira ritual, isto é, em determinadas medidas. Em seguida as raízes são lavadas e maceradas num pilão destinado exclusivamente a este fim. A massa resultante deste processo é colocada numa bacia com água limpa que toma a cor roseada e tem gosto amargo astringente. Depois procede-se as defumações rituais. (p. 135)

Os catimbozeiros, ou mestres da jurema, receitavam a bebida jurema para a cura das mais diversas doenças, e ainda para o alívio dos infortúnios espirituais e mentais. Mas se tem registros que também receitavam inúmeros outros remédios vegetais preparados por eles mesmo.

Diante de todas as confluências das narrativas sobre a jurema e todo o seu universo simbólico, mágico/curativo e religioso, aqui apresentadas; nos faz concluir que: de origem indígena, o culto da jurema em Alhandra, foi uma forma de resistência dos índios, que mesmo se convertendo ao catolicismo não abandonaram suas crenças, principalmente da jurema. A jurema se propõe a curar as doenças e os mais variados males que afligem os indivíduos. Que a partir da ingestão da bebida jurema, proporciona o transe, com auxílio do fumo e ainda da fumaça para a defumação; os mestres vivos e mortos formam a centralidade nesse processo ritualístico e de cura, os mestres vivos detentores dos segredos da jurema e dos espíritos do além, são invocados para descerem ao mundo dos vivos e atender as necessidades dos indivíduos, normalmente dos mais pobres, que na grande maioria era os que procuravam as cidades sagradas da jurema e seus mestres.

Referências

ASSUNÇÃO, Luiz Carvalho de. **Reino dos mestres: a tradição da jurema na umbanda nordestina**. Rio de Janeiro: Pallas, 2006. (p. 123)

CASCUDO, Luís da Câmara. **Tradições populares da pecuária nordestina**. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura (documentário da vida rural nº 9), 1956.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. parte 1: tradução de Efrain Ferreira Alves. 8ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

COSTA, Marisa Vorraber. **Estudos Culturais – para além das fronteiras disciplinares**. In Estudos Culturais em educação: mídia, arquitetura, brinquedo, biologia, literatura, cinema... Marisa Vorraber Costa e Alfredo Veiga Neto (org). Porto Alegre: UFRGS, 2004

MELO, Josemir Camilo de. **O resgate da História indígena na Paraíba.** Notas para uma pesquisa etnohistoriográfica. Ed. EDUFAL, 1999. (p. 195 -219).

MEDEIROS, Maria do Céu. **Das origens à transição para o trabalho livre.** João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 1999.

NASCIMENTO, Marco Tromboni de S. **O tronco da jurema: ritual e etnicidade entre os povos indígenas do Nordeste – o caso Kiriri.** Salvador, UFBA, Dissertação de Mestrado em sociologia, 1994.

OLIVEIRA, Marilda Oliveira de. **A identidade na contemporaneidade: cultura guarani.** Revista Alceu – v. 7 – n. 14 – jan./jun. 2007 (p. 160 a 168)

PINTO, Irineu Ferreira. **Datas e notas para a história da Paraíba.** V. 1. João Pessoa: ed. Universitária/UFPB, 1977.

SALLES, Sandro Guimarães de. **À sombra da jurema: a tradição dos mestres juremeiros na umbanda de Alhandra.** Revista Antropológicas, ano 8, volume 15, 2004 (p. 99-122).

VANDEZANDE, René. **Catimbó.** Dissertação de mestrado. Recife: UFPE. 1975

